

# A economia brasileira diante da crise econômica mundial

André Luis Contri\*

Economista da FEE, Professor da PUCRS

Os anos de 2008 e 2009 foram paradigmáticos em termos de lições a serem aprendidas pelos economistas. Algumas delas ainda não foram explicitadas e somente deverão ser absorvidas nos anos vindouros. No entanto, como assinala o historiador Eric Hobsbawm, ao comentar o retorno das “ortodoxias do puro mercado livre” nos anos 1980-90, uma das lições da História é evidenciar a “incrível memória curta dos economistas teóricos e práticos”, fenômeno este que o autor classifica como uma “grande característica da História” (Hobsbawm, 1995, p. 107). O fato é que, em se tratando de economia, a apreensão das lições é intermediada por interesses os mais diversos, o que faz com que surjam interpretações distintas a partir de um mesmo fato. Ou, talvez, não se trate simplesmente de que os economistas têm memória curta, mas de que a complexidade das relações econômicas associadas à fragmentação dos estudos e modelos econômicos levem a entendimentos equivocados a respeito da dinâmica econômica.

O ano de 2009 foi profícuo em anúncios catastróficos sobre o destino da economia mundial. Também não foram poucas as manchetes sobre o fim da crise econômica, para, alguns dias depois, aparecerem suspeitas e evidências de que a mesma tende a se prolongar por mais alguns anos. Ou, ao menos, de que a recuperação será lenta e de que os efeitos da crise serão duradouros. Conforme assinalado pela revista **The Economist** (The great..., 2009), foi extraordinário não só pela queda no produto, mas também pelo fato de como uma catástrofe foi revertida.

Uma das questões que esteve constantemente em pauta foi a necessidade de intervenção estatal como mecanismo de recuperação econômica. As opiniões a esse respeito são diversas. Alguns economistas, como Edmund Phelps (2009), questionam a eficácia do investimento governamental para a recuperação da prosperidade no longo prazo. Ainda no campo liberal, a revista **The Economist** (The great..., 2009) destaca a importância das intervenções governamentais para evitar que a Grande Depressão se transformasse numa

“depressão”. Economistas (pós) keynesianos, por outro lado, regozijam-se com o retorno da intervenção estatal e defendem a necessidade de sua continuidade nos próximos anos. O fato é que, nos anos de 2008 e 2009, os déficits públicos dos países, no mundo inteiro, apresentaram um crescimento brutal e, muito provavelmente, continuarão subindo nos próximos anos. As consequências dessas políticas ainda estão para serem vistas.

No caso brasileiro, tanto a política monetária como a fiscal foram ativadas com o intuito de amenizar os impactos da crise. Sua eficácia fez com que o desempenho da economia brasileira em 2009 tenha sido destaque tanto nos debates nacionais quanto na imprensa internacional. A própria revista **The Economist** chegou a publicar, na sua edição de 14 de novembro, um relatório especial sobre a decolagem da economia brasileira. De fato, diante do impacto da crise nas principais economias do mundo, parecia confirmar-se a tese inicial do Presidente Lula de que aqui a mesma chegaria na forma de uma “marolinha”. O objetivo do presente artigo é avaliar a dimensão da onda que chegou até ao Brasil, bem como assinalar algumas políticas governamentais que colocaram o País numa posição de destaque no cenário internacional. Procurar-se-á demonstrar que o impacto da crise foi bem maior do que é normalmente anunciado e que a ausência da intervenção governamental poderia tê-lo transformado num *tsunami*.

## 1 A dimensão da onda

Do ponto de vista dos indicadores macroeconômicos, diversos foram os motivos de euforia em relação à economia brasileira. De fato, depois de uma turbulência inicial, os níveis de reservas internacionais recuperaram-se e terminaram o ano num patamar recorde, acima de US\$ 238 bilhões. A taxa de juros básica da economia também terminou o ano no seu nível histórico mais baixo. A taxa de desemprego nas seis regiões metropolitanas medidas pelo IBGE, depois de atingir o patamar de 9,0% em março de 2009, terminou o ano em 7,0%, ligeiramente acima de seu nível mais baixo. Além disso, a inflação

\* E-mail: contri@fee.tche.br

ficou dentro da meta estipulada pelo Banco Central. A dívida total do setor público, apesar de ter apresentado um crescimento rápido em 2009, ainda se encontra em patamares reduzidos quando comparada à de outras economias desenvolvidas, ou até mesmo se comparada aos patamares alcançados em fins do Governo FHC e no primeiro mandato do Presidente Lula. Por fim, diversos indicadores da área produtiva que haviam apresentado oscilações mais violentas logo no início da crise, ao longo de 2009 foram retomando uma trajetória de recuperação. Apesar desses indicadores, o impacto da crise não deve ser subestimado.

A crise atingiu fortemente a economia brasileira já no quarto trimestre de 2008. Nos nove primeiros meses daquele ano, ela vinha crescendo a uma taxa de 6,6%, quando comparada à de igual período do ano anterior. Já no último trimestre, a taxa correspondente foi de apenas 0,8%. Tais dados não deixam dúvida de que, num primeiro momento, o impacto da crise mundial sobre a economia brasileira foi extremamente violento. Essa queda brusca no patamar da atividade econômica continuou se manifestando ao longo dos nove primeiros meses de 2009, quando o Produto Interno Bruto da economia brasileira apresentou uma queda de 1,7%, se comparado com o de igual período do ano anterior.

O principal responsável por tal desempenho foram os investimentos, que, ao longo dos nove primeiros meses de 2009, apresentaram uma variação negativa no seu volume, de 14,2%. Por outro lado, conforme pode ser visto no Gráfico 1, as taxas de crescimento dos investimentos em 2007 e 2008 colocaram os mesmos num patamar extremamente elevado, o que sobredimensionou o impacto da crise. Além disso, embora os investimentos tenham caído a um patamar bem inferior ao de 2008, a sua trajetória ao longo de 2009 passou a ser de recuperação. Nesse aspecto, foi de fundamental importância a atuação governamental nos setores de infraestrutura, transporte, energia e químico, com aportes financeiros significativos por parte do BNDES, os quais apresentaram um crescimento de 49,0% em 2009 quando comparado ao de 2008. Sem essa atuação, dificilmente se poderia estar falando dessa trajetória de recuperação dos investimentos.

No entanto, o principal canal de transmissão da crise para a economia brasileira foi o setor externo. Nesse sentido, as exportações, já em 2008, haviam apresentado uma variação negativa de 0,6% no seu volume, enquanto, naquele mesmo ano, as importações haviam crescido 18,0%. Ao longo de 2009, a contração no volume do comércio externo foi extremamente acentuada, seguindo a tendência de toda a economia mundial. Assim, enquanto

as exportações apresentaram uma queda de 12,1% nos três primeiros trimestres, as importações caíram 16,0%. Apesar dessas quedas expressivas, pôde-se notar, ao longo de 2009, uma tímida tendência de recuperação nessas variáveis. Ambos os movimentos, no entanto, refletem muito mais a valorização do real ao longo do ano do que uma reativação da atividade econômica. Assim, verifica-se que, depois de uma recuperação nos seis primeiros meses do ano, o volume das exportações voltou a apresentar uma trajetória declinante nos meses seguintes. Dois fatores impediram que o desempenho das exportações não fosse ainda pior. Em primeiro lugar, a ligeira recuperação dos preços dos produtos exportados e, em segundo, o aumento das vendas para a China, que, em 2009, cresceram 23,1% em termos nominais, e, com isso, esse país passou a ser o principal mercado comprador dos produtos brasileiros. Já pelo lado das importações, verifica-se que o principal componente para a sua reativação foram as compras de bens de consumo duráveis e, em segundo lugar, de bens intermediários. Já a compra de bens de capital praticamente se manteve estagnada (B. Com. Ext., 2009), refletindo o desempenho dos investimentos.

Se a crise econômica não se apresentou ainda maior em 2009, o principal responsável foi o desempenho do consumo doméstico e dos gastos do Governo. Assim, nos nove primeiros meses de 2009, o consumo das famílias teve uma variação positiva de 2,8%, enquanto o consumo do Governo cresceu 3,3%, ambos em relação ao mesmo período de 2008. Embora tal desempenho tenha sido módico diante do crescimento verificado nos anos anteriores (Gráfico 2), há que se considerar o elevado nível que o consumo doméstico havia alcançado em 2008, a partir das sucessivas taxas positivas de crescimento dos anos anteriores. Assim, mesmo com o desempenho negativo global da economia, o consumo das famílias terminou 2009 no seu patamar histórico máximo. Convém destacar, ainda, que o elevado peso do consumo das famílias e do consumo da administração pública no PIB, cerca de 80,0%, tem enorme impacto sobre o desempenho global da economia.

Analisando-se a economia do ponto de vista da oferta, constata-se que o setor mais atingido pela retração na atividade econômica foi o industrial. Assim, os dados da produção física da indústria divulgados pelo IBGE mostraram que, até novembro de 2009, a produção industrial havia caído 9,3%. Conforme pode ser visto através do Gráfico 3, a recessão que afetou a indústria de transformação em 2009 foi a mais profunda da série histórica. Pelo Gráfico 4, pode-se perceber que a crise atingiu de forma diferenciada os setores industriais. De

fato, as maiores quedas estiveram concentradas em setores produtores de bens de capital, automóveis e os demais componentes da cadeia produtiva, como produtos de metal e metalurgia.

Outro importante condicionante do desempenho brasileiro ao longo de 2009 foi a expansão do crédito. Enquanto a crise teve o seu início justamente no setor financeiro internacional e na restrição de crédito daí decorrente, a pequena exposição do setor financeiro brasileiro aos “novos produtos” financeiros permitiu que o mesmo atravessasse esse período conturbado sem maiores problemas de insolvência. Curiosamente, os principais responsáveis por essa situação foram a elevada taxa de juros brasileira e os decorrentes elevados spreads praticados pelos bancos no Brasil, os quais permitiam que os mesmos tivessem alta rentabilidade sem recorrer a outros instrumentos financeiros. A consequência foi que, após uma breve estagnação no montante de crédito concedido ao setor privado, já em março de 2009 ele retomou sua trajetória de expansão (Gráfico 5). Não resta dúvida de que esse comportamento resultou da adequação da política monetária a esse contexto de crise econômica.

Um dos pontos mais frágeis da economia brasileira diante das incertezas no cenário internacional foi a taxa de câmbio. Depois de o real apresentar uma desvalorização de 33,5% entre julho e dezembro de 2008, ao longo de 2009 a sua valorização foi de 31,8%. Assim, a taxa de câmbio terminou 2009 praticamente no mesmo patamar em que estava no início de 2008 (Gráfico 4). Considerando-se que a balança de transações correntes terminou 2009 com um saldo negativo, essa valorização do real deveu-se, essencialmente, ao influxo de capital, resultante da elevada liquidez internacional. Até o momento, essa taxa de câmbio tem tido efeitos diferenciados sobre os setores da economia brasileira. De fato, a recuperação do preço das commodities ainda permite aos setores produtores desses bens se manterem competitivos no mercado internacional. Este, no entanto, não tem sido o caso dos produtores de bens manufaturados. Caso o País retome a sua trajetória de crescimento, conforme tem sido anunciado, esse patamar cambial certamente trará restrições do ponto de vista das transações correntes. Se se adicionar a isso um aumento nas taxas de juros internacionais, o País poderá vir a ter problemas de financiamento do seu crescimento num prazo não muito longo.

Os efeitos da crise sobre a economia brasileira ao longo de 2008-09 demonstram o seu grau de inserção na economia mundial. Na medida em que esta última é afetada por uma grande recessão, restam poucos graus de liberdade para a atuação governamental na gestão

macroeconômica. Em primeiro lugar, porque pouco pode o Governo fazer para estimular os investimentos privados e as exportações numa conjuntura dessas. Em segundo, porque o Governo vinha com uma política de contenção dos gastos, numa tentativa de manter o superávit primário acima dos 4,0% do PIB. Embora essa meta tenha sido abandonada, a necessidade de manutenção de um determinado equilíbrio fiscal permaneceu. Dentro desse contexto é que se pode afirmar que as políticas fiscal e monetária foram extremamente eficazes. As sucessivas reduções nas taxas de juros, as isenções fiscais nos setores de automóveis, da construção civil e da “linha branca” estimularam o consumo de setores com elevado poder multiplicador sobre a renda e o emprego. Tais medidas, associadas à ampliação do Programa Bolsa Família e à extensão do seguro desemprego, mantiveram os patamares de consumo vistos no Gráfico 2 e conseguiram evitar que o mercado interno desmoronasse, como aconteceu em diversos países. Considerando o elevado peso do consumo das famílias e da administração pública no PIB, poder-se-ia estimar o quanto mais negativo teria sido o desempenho da economia brasileira se o Governo tivesse deixado a mesma aos ajustes automáticos dos mercados.

Gráfico 1

Índices e taxas de crescimento trimestral da formação bruta de capital no Brasil — 2006-09

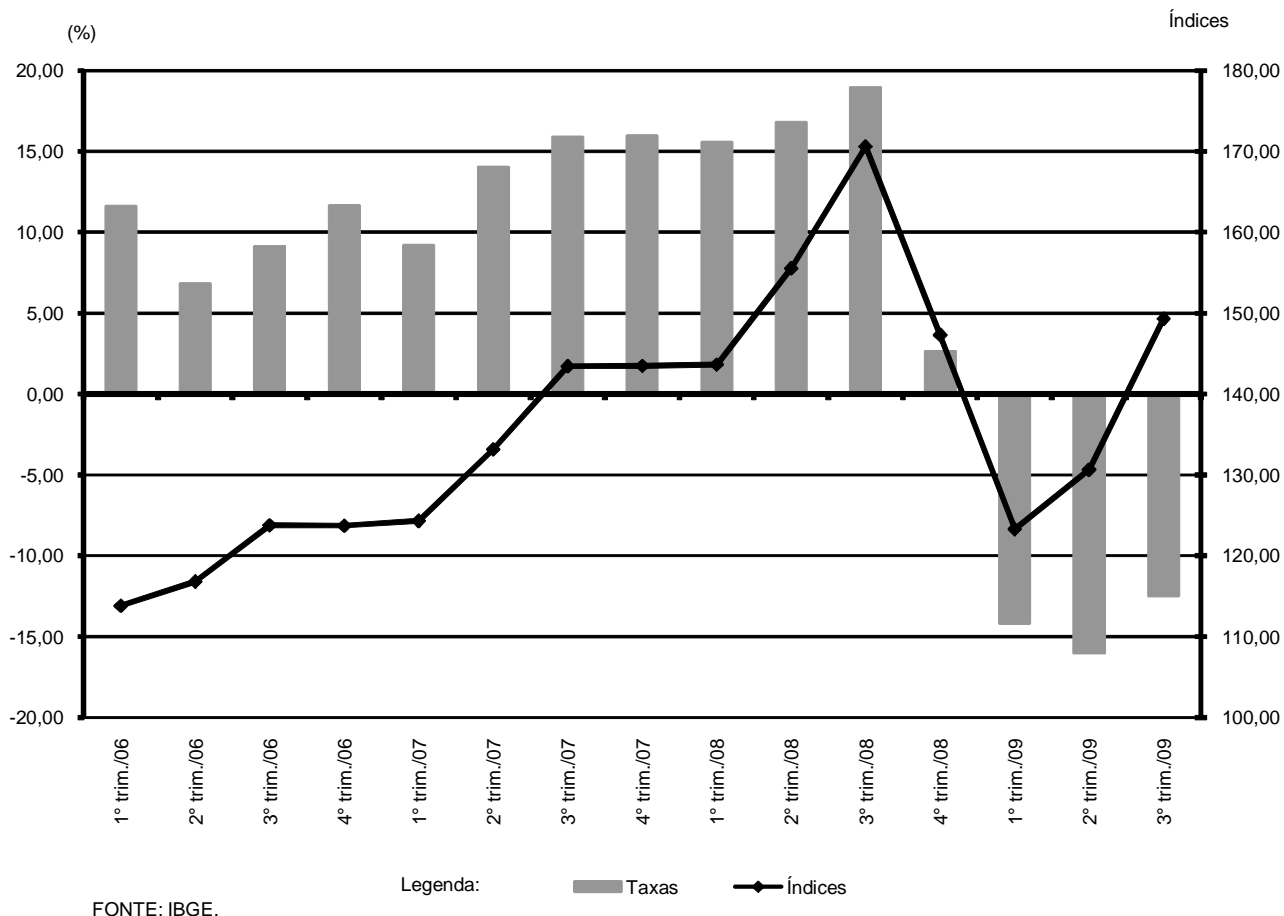
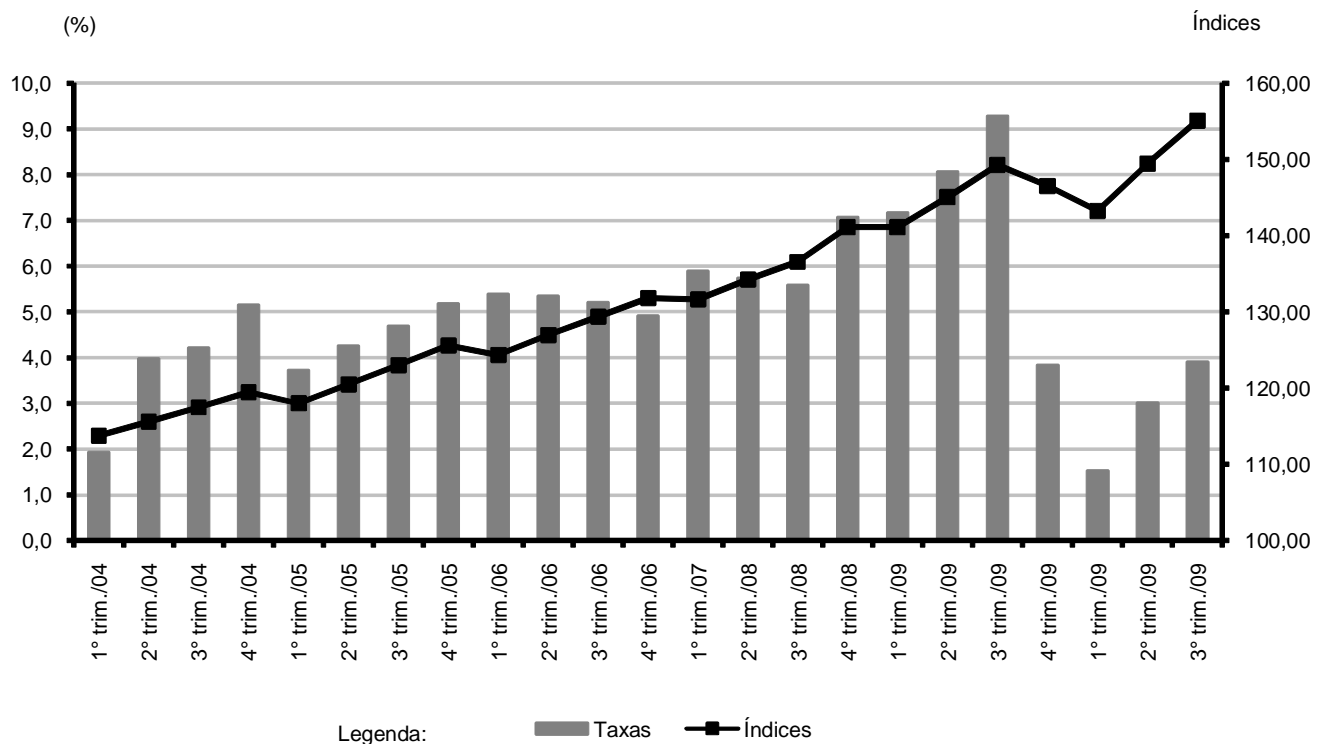


Gráfico 2

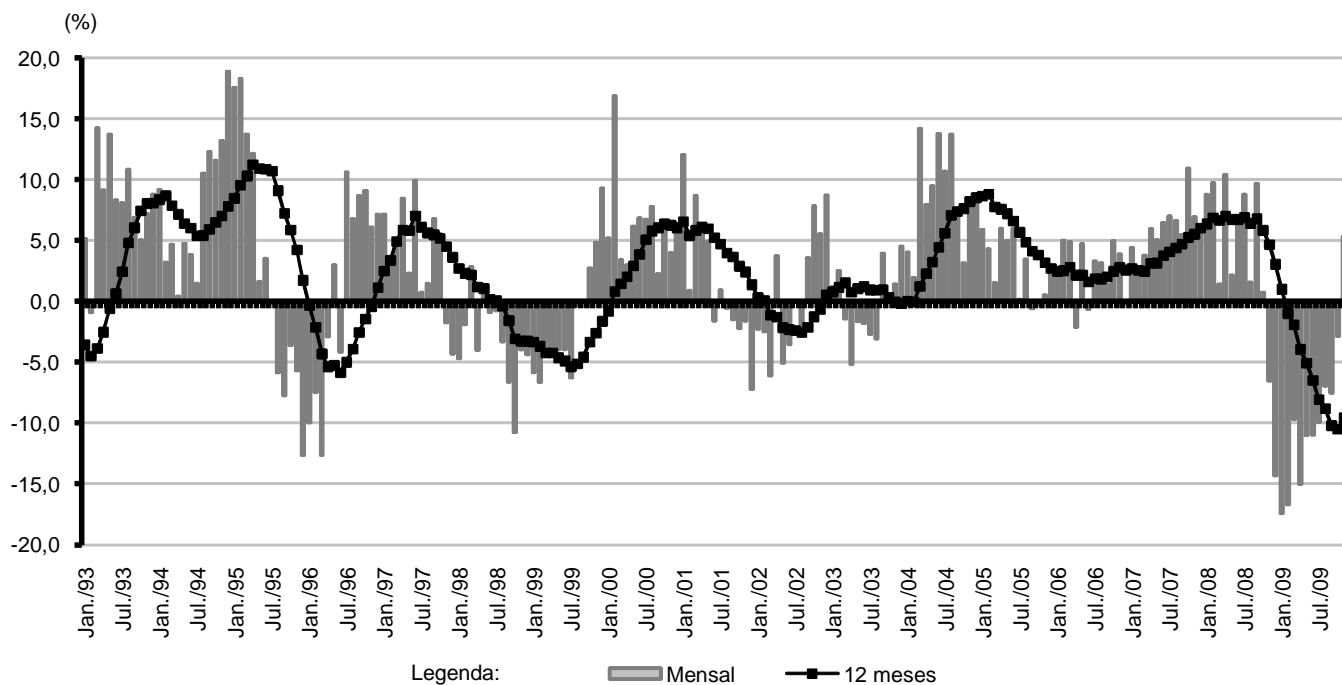
Taxas de crescimento trimestral e índices do consumo das famílias no Brasil — 2004-09



FONTE: IBGE.

Gráfico 3

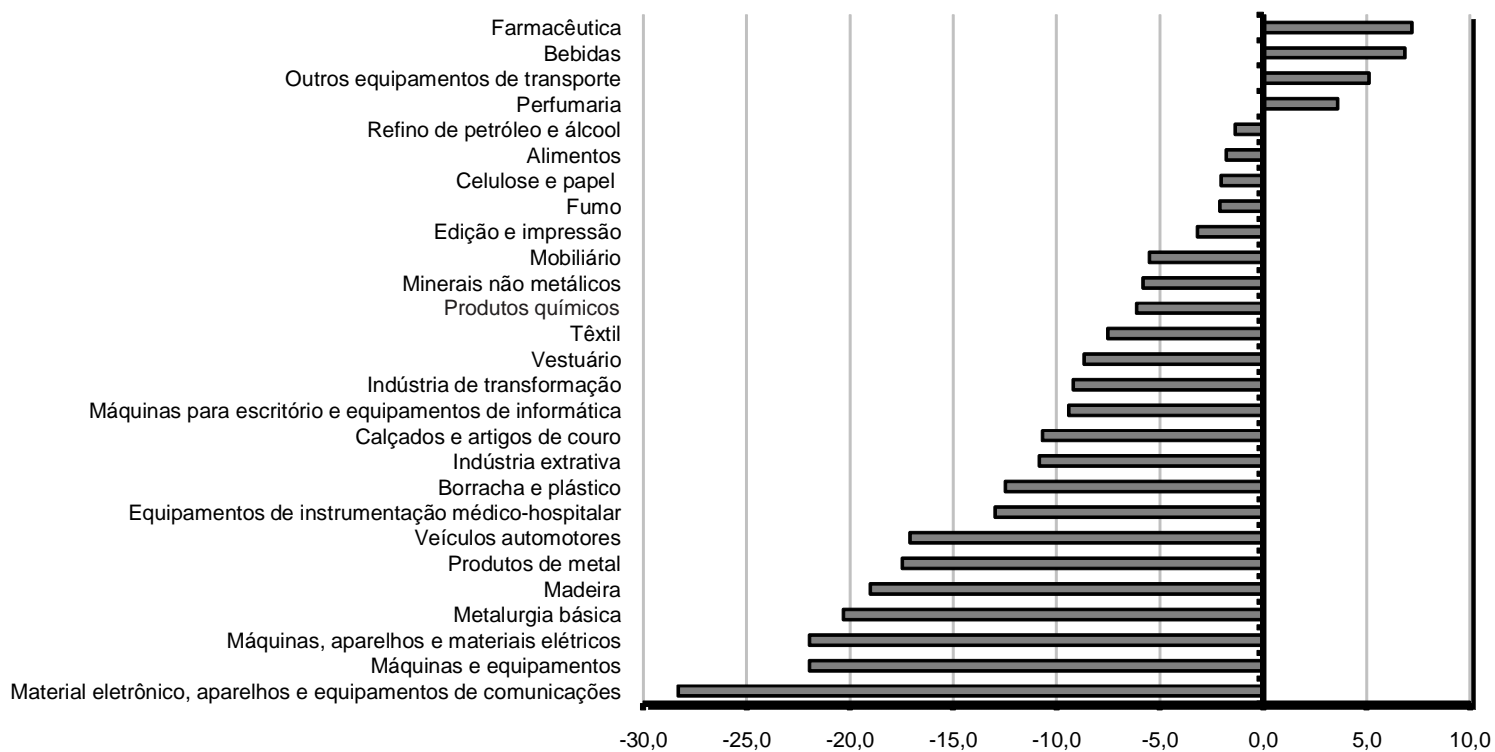
Taxas de crescimento da produção física da indústria de transformação, mensal e acumulada em 12 meses, no Brasil — jan./93 - nov./09



FONTE: IBGE.

Gráfico 4

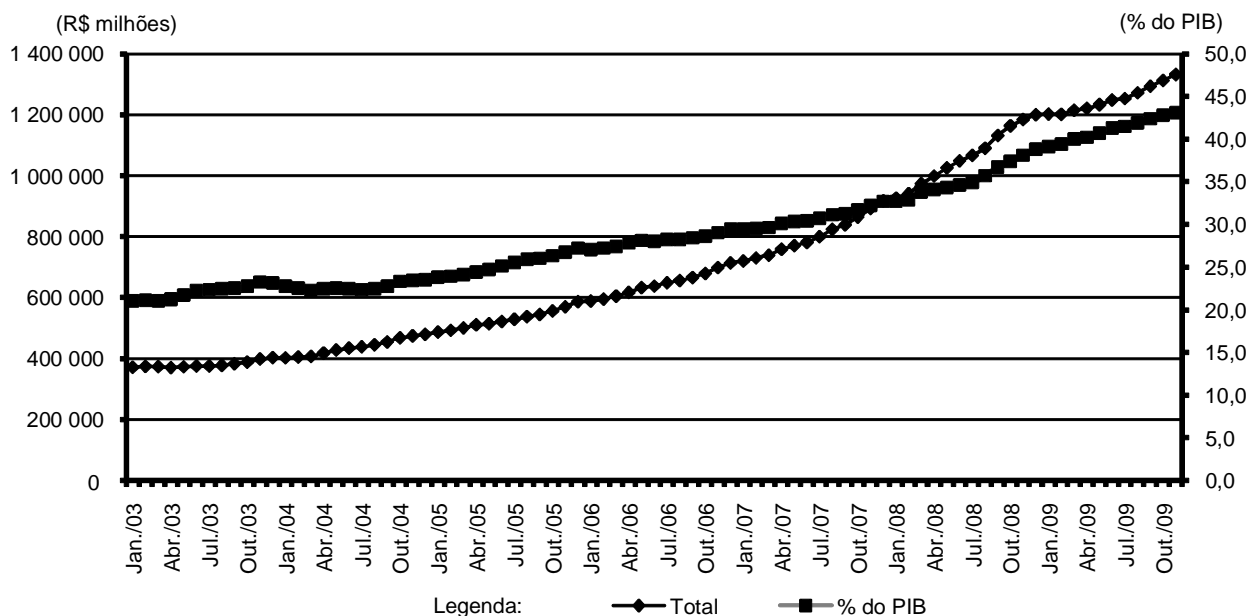
Taxas de crescimento da produção física, por setores da indústria, no Brasil — jan.-nov./09



FONTE: IBGE.

Gráfico 5

Crédito total concedido ao setor privado no Brasil — 2003-09



FONTE: Banco Central do Brasil.

## 2 Considerações finais

O presente artigo procurou analisar alguns impactos de curto prazo da crise econômica mundial sobre a economia brasileira e a forma pela qual vem se dando a sua recuperação. Conforme tem sido assinalado por diversos analistas, no entanto, essa crise tem implicações bem mais profundas, que deverão determinar os rumos do capitalismo mundial no longo prazo, as questões ecológica e energética, bem como quais serão os setores líderes de uma nova era de expansão do capitalismo, dentre as principais. Tais questões, todavia, estão fora do escopo do presente estudo.

Embora ainda seja cedo para fazer algum prognóstico mais contundente sobre o fim da crise econômica mundial, o fato é que a economia brasileira tem se revelado suficientemente sólida, de forma a conseguir atravessar esse período, extremamente conturbado, com diversos indicadores positivos. Os dados do PIB no quarto trimestre do ano de 2009 são significativamente melhores do que os dos trimestres anteriores, sendo que o resultado líquido de 2009 é superior ao do apresentado nos nove primeiros meses do ano.

No entanto, a crise econômica mundial demonstrou enorme dependência da economia brasileira em relação ao resto do mundo. Conforme os dados analisados acima demonstram, de forma alguma o impacto da crise pode ser subestimado, principalmente se considerando-se que, no período 2007-08, esta última vinha apresentando um crescimento médio anual de 5,6%. Ao contrário do que afirmam alguns analistas, a economia brasileira tem um elevado grau de abertura ao exterior, tanto do ponto de vista do comércio quanto do fluxo de capital. As oscilações violentas na taxa de câmbio verificadas entre o final de 2008 e ao longo de 2009 são apenas uma das consequências desse fenômeno. Em 2008, o coeficiente de abertura da economia brasileira foi de 27,4% do PIB. Além disso, ficou evidenciada a importância de uma economia ter no consumo doméstico a base de sua demanda agregada. Uma abertura excessiva teria sido devastador para o crescimento e para a recuperação econômica.

As informações mais recentes, principalmente a partir do segundo semestre de 2009, demonstram que a economia brasileira retomou uma trajetória de retorno ao caminho que vinha sendo percorrido até 2008. Essa recuperação, no entanto, não é uma especificidade



brasileira. De fato, para os países desenvolvidos o tombo foi bem maior, mas, também nesses países, a economia já tem mostrado uma trajetória de recuperação. É equivocada a ideia de que o Brasil foi o primeiro a sair da crise. A continuidade dessa trajetória dependerá, em boa parte, dos rumos da economia mundial. A crise econômica tem uma dimensão mundial, com especificidades nacionais e ela somente estará superada quando os EUA e a Europa registrarem avanços em termos de redução de emprego, aumento da produção industrial e recuperação dos seus setores financeiros.

Em se tratando da economia mundial, no entanto, parece haver certo consenso de que essa recuperação deverá ser lenta. São inúmeros os obstáculos a serem removidos, e o próprio caminho deverá ser refeito com outros instrumentos. Até o momento, a economia mundial tem operado em condições que estão longe de serem consideradas “normais”. Assim, a crescente desvalorização do dólar frente às principais moedas do mundo, a grande liquidez gerada nos mercados financeiros como resultado da intervenção governamental, os patamares extremamente reduzidos das taxas de juros internacionais e os elevados patamares de endividamento público colocam sérias dúvidas sobre os rumos que deverá seguir a retomada do crescimento econômico. A partir de 2010, os governantes deverão ocupar-se em reduzir as elevadas taxas de desemprego e, ao mesmo tempo, em ter que administrar os também elevados déficits públicos.

Dentro desse cenário, carecem de sentido as críticas feitas à intervenção governamental. Poucos hoje discordam do quão catastrófico teria sido o rumo da economia mundial sem a intervenção estatal. O que os economistas liberais têm colocado em pauta, atualmente, é a necessidade da retirada do Estado nos meses vindouros. Isto, no entanto, dificilmente deverá acontecer nos próximos anos, sem que tenhamos consequências ainda mais perversas sobre a recuperação econômica.

Em 1949, o Economista Arthur Lewis publicou um livro analisando a economia mundial no período 1919-39 (Lewis, 1966). Em sua avaliação do New Deal, Lewis afirma que a principal lição daquele plano econômico não foi demonstrar a falha dos gastos governamentais em estimular a economia, como os seus críticos costumam alegar. Segundo ele, o que o New Deal demonstra é que

[...] quando um país cai tão baixo como os Estados Unidos caíram de 1929 a 1933, somente medidas mais drásticas serão suficientes para levá-lo novamente. Acima de tudo, é claro, a experiência norte-americana demonstra a importância de não se deixar um país cair tão baixo. Mesmo os mais severos

críticos do New Deal agora concordam que o Governo Americano tem o dever, no primeiro sinal de uma depressão, de aumentar seus gastos, num esforço para manter a demanda dos consumidores; nenhum governo, seja qual for sua coloração política, poderia manter-se inativo se os lucros comesçassem a cair e o desemprego a aumentar. O suficiente tem sido aprendido para tornar improvável que os Estados Unidos irão experimentar novamente uma depressão tão grande e prolongada quanto a de 1929 a 1939 (Lewis, 1966, p. 114, tradução nossa).

Parece que essa lição foi aprendida pelos governantes que a utilizaram sem restrições em 2008-09. Espera-se que ela não seja esquecida e que a “incrível memória curta dos economistas” passe a ser uma característica do passado.

## Referências

- BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR. Funcex, Ano 12, n. 12, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br/material/boletins/bolcomex/>>. Acesso em: 10 jan. 2010.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LEWIS, Arthur. **Economic Survey: 1919-1939**. Londres, Unwin University Books, 1966.
- PHELPS, Edmund. A estrada para a prosperidade. **Valor Econômico**, 14 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/?impresso/opiniaio/96/>>.
- THE GREAT Stabilization. **The Economist**, Londres, 19 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.economist.com/opinion/>>.

